

A escrita como ato libertador de mulheres amazônidas

Writing as a liberating act of women in the Amazon

Sonia Maria Gomes SAMPAIO*

Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

RESUMO: Esse texto versa sobre a escrita de mulheres em terras amazônicas, especificamente na região do Acre, Amazonas e Rondônia, como ato libertador de uma opressão sofrida ao longo do tempo por pai, marido e empregador, por mulheres que habitam em territórios periféricos e de difícil acesso. A pesquisa partiu do seguinte problema: em que momento a mulher semialfabetizada pode fazer uso da escrita como elemento transformador da realidade em que vive? Não se trata, aqui, de uma pesquisa sobre a escrita da mulher, tão somente, mas sobre a ausência da figura feminina nos processos educativos. O objetivo foi analisar o percurso vivido pelas mulheres, inicialmente fustigadas por saberem apenas assinar o nome, e que fizeram da aquisição da escrita um elemento impulsionador para resistir e descolonizar. A fundamentação teórica foi realizada à luz de autores como Márcio Souza, Michelle Perrot, Spivak, María Lugones, dentre outros.

PALAVRAS-CHAVE: Mulher. Escrita. Resistência. Amazônia.

ABSTRACT: In this text we discuss women's writing in the Amazon, specifically in the regions of Acre, Amazonas and Rondônia. We argue that female writing is an act of liberation from oppression suffered over time by women who live in peripheral and difficult-to-access territories, considering that the oppressors are the fathers, husbands and employers. Our research raises the following questions: at what point can a semi-literate woman use writing as an element which transforms the reality in which she lives? Moreover, this is not a study of women's writing alone, but rather, a study of the absence of the female figure in educational processes. Our objective, is therefore, to analyze the journey experienced by women, who were initially harassed for only knowing how to sign their names, and who used the acquisition of writing as a driving force to resist and decolonize themselves. The theoretical support comes from authors such as Márcio Souza, Michelle Perrot, Gayatri Spivak, María Lugones, among others.

KEYWORDS: Woman. Writing. Resistance. Amazon.

* Professora Titular da Universidade Federal de Rondônia – UNIR, atuando no Departamento de Letras Vernáculas de Porto Velho/RO. Líder do Grupo de Pesquisa em Culturas, Literaturas e Amazônia - GPCLAM. Participa do Programa do Mestrado Acadêmico em Estudos Literários. Email: soniagomesampaio@gmail.com

Introdução

A leitura e a escrita, se não são os primeiros movimentos libertadores do ser humano, com certeza são as que mais dignificam e o constituem como cidadão, como sujeito de direitos. Dentre os sujeitos, as mulheres em geral e, em especial as amazônidas, têm dado provas, por meio de suas vivências e atuações no campo socio/educativo/cultural do enfrentamento quanto à necessidade e aquisição da escrita. Aqui falaremos das experiências vividas por três mulheres, que começaram, guardadas as devidas proporções, pelo inverso do que Paulo Freire diz em *A Importância do Ato de Ler* (1990), porque a escrita da palavra era mais emergente no contexto, posto que tivessem a leitura de mundo.

Affonso Romano se Sant'Anna na apresentação do livro *A Mulher Escrita* de Lúcia Castelo Branco e Ruth Brandão (1989) diz que, “*a mulher é o princípio e o fim, a escrita o meio*”. Hoje, digo que a escrita e a mulher circulam se confundindo e tornam-se uma das grandes expressões do ser e instrumento de luta e modificações de cenários políticos sociais, desde os mais complexos aos ditos mais simples, como atuar em comunidades que têm o direito de ter à disposição a escola e a formação. Entretanto, falamos de hoje, mas no século XX, nem tão distante assim, na década de 70, Michele Perrot se perguntava na primeira parte do livro *Minha História das Mulheres* (2017) intitulada Escrever a História das Mulheres, o seguinte: será que as mulheres têm uma história? A pergunta nos lembra que não há uma história sem mulheres, o que aconteceu é que elas foram invisibilizadas por muito tempo. Se no continente europeu as mulheres levaram tempo para serem notadas além do modo privado/doméstico e da condição de serviçal reprodutora, imagina na América do Sul durante os longos anos de colonização. Sobre a imposição do silêncio às mulheres Perrot (2017, p. 25) deixa claro que:

Nesse silêncio profundo, é claro que as mulheres não estão sozinhas. Ele envolve o continente perdido das vidas submersas no esquecimento no qual se anula a massa da humanidade. Mas é sobre elas que o silêncio pesa mais. E isso por várias razões.

Dentre as várias razões postuladas na obra *Minha história das mulheres* (2017), Perrot deixa claro, no livro, algumas questões que diminuía as mulheres e cerceavam seus direitos, como a acusação de não possuírem alma, deverem obediência aos seus maridos/donos, sofrerem violência física caladas, serem confinadas ao ambiente doméstico, trabalharem excessivamente, além da obrigatoriedade de manterem um

vínculo com a igreja para conservar a eterna postura de joelhos no chão e cabeças baixas, porém a pior era o não direito à aquisição da leitura e da escrita para que não conhecessem a história da humanidade e seus feitos. Os meninos podiam aprender a ler, as meninas, não. Tudo isso gerava silêncios.

Na América amazônica esse silêncio foi imposto a todas as mulheres, principalmente, às que vivem em condições periféricas geográfica e socialmente. Sendo assim, segundo Marcio Souza em *História da Amazônia* (2019, pag. 251), não há uma admissão das mulheres como pessoas, nota-se uma inexistência do ser mulher e da história que as inclua, não se fala de como enfrentaram e enfrentam a subjugação, que se delonga da infância a vida adulta, sempre vivenciando os processos de inferiorização e objetificação que advêm das agressões físicas e da violência psicológica legitimada pelo patriarcado e impostas sobre a mulher que, sendo considerada menos que os outros, deveria aceitar e nunca resistir à condição de opressão e subjugação.

Sabemos ser inegável que quando falamos de outras mulheres, de certa forma, estamos falando de nós. As histórias se parecem muito, embora saibamos que as que mais se parecem são as das mulheres que vivem às margens. Há entre elas um elo que parece não querer se desfazer nunca, é o elo que aprisiona, quase sempre, as mulheres pretas, amazônidas, indígenas, seringueiras, não alfabetizadas ou pouco alfabetizadas numa história única sem considerar os perigos dela, como expõe Chimamanda Adichie em O Perigo de uma história única, na palestra proferida no TED Talk no ano de 2009. Entretanto, círculos opressores são para serem rompidos e as três mulheres, cujas histórias serão a base desse escrito, romperam e irromperam numa nova construção por meio da alfabetização, leitura e escrita.

Lúcia Castelo Branco e Ruth Brandão em *A mulher Escrita* (1989) trazem lúcida análise da escrita das mulheres na literatura e a maneira como essa escrita traduz o pensamento e a performance de escritoras como Clarice Lispector, Hilda Hilst, Lya Luft e Gilka Machado quando na expressão artística da escrita contam com a linguagem do corpo para, de certo modo, numa explosão impetuosa, comunicarem as idas e vindas do pensamento, as vibrações da oralidade, a ênfase do amor ou do ódio e as pausas do silêncio que sustentam; como dizem Cixous & Clément (1975) “ [...] ela não fala, ela abandona, voa, é toda inteira que ela se coloca através de sua voz, é com seu corpo que

ela vitalmente sustenta a “lógica do seu discurso”. Castelo Branco e Brandão endossam esse pensamento recorrendo à Clarice Lispector quando expressam:

De fato, é essa tentativa que se percebe no discurso feminino: “Escrevo por acrobacias e aéreas piruetas – escrevo por profundamente querer falar.” Escrita que se inscreve num corpo significante – como a carícia da mãe no corpo da criança –, o discurso feminino insinua-se como um registro que pretende ser ouvido e não exatamente lido: “Eu te escrevo com minha voz (...) Ouve-me então com teu corpo inteiro.

Contudo, afirmo que as histórias de leitura e escrita aqui apresentadas não passam necessariamente pela escrita literária, mas pela escrevivência das trajetórias vividas em condições bastante adversas.

1 História de Mulheres/Mulheres e suas histórias

As mulheres que encontrei e tive a oportunidade de, com algumas trabalhar e com outras fazer o registro das ações, são poucas, mas representam muitas. As protagonistas desse escrito vivem em estados diferentes da região amazônica, nos interiores dos estados do Acre, Amazonas e Rondônia. As histórias têm praticamente o mesmo enredo: mulheres que não tiveram oportunidade de escolarização no período adequado, pois não havia escola onde moravam quando crianças ou jovens e que foram alfabetizadas na idade adulta, lutando contra as vontades dos pais e maridos alfabetizados, que controlavam as despesas e insistiam que os filhos homens podiam aprender a ler, escrever e exercitar a matemática, mas as mulheres não tinham direito à aprendizagem e, mesmo quando trabalhavam quem recebia e assinava o recebimento de algum provento era o marido ou o pai, numa franca evidência do sistema patriarcal e da dominação de mulheres.

A primeira narrativa que gerou interesse, contada por um aluno que morava no mesmo lugar, interior do Acre, foi a história de Maria do Rosário Santos que vivia em uma pequena vila chamada Caquetá (rumos do Seringal Bom destino), onde os pais foram seringueiros, e embora fustigada pelo marido, empreendeu uma luta para estudar e construir uma escola para os filhos daquela comunidade. Vítima de violência doméstica, naturalizada em muitos lugares do país, ela sempre afirmava que só sofria aquelas correções, que era como o marido intitulava as surras, porque não sabia ler, porque não sabia escrever e no dia que aprendesse aquela realidade seria outra. Rosário, cansada e

humilhada diante da comunidade em que morava, resolveu aprender a ler e a escrever escondida na casa das comadres. Foi exatamente a mãe do meu aluno quem a alfabetizou. O marido de Rosário vendia mandioca, farinha, melancia e outras frutas. Fazia as operações matemáticas, mas não sabia registrar o nome dos produtos nem fazer qualquer outro ato escrito. Quando soube que a mulher havia aprendido a ler e escrever, tomou-se de profunda raiva, mas teve que pedir auxílio para escrever um pequeno documento para uma venda que havia feito. A partir desse dia Rosário tomou de conta das ações da venda e com a ajuda de outras mulheres construiu uma pequena sala de aula para a alfabetização das crianças. Passado o tempo, ela reivindicou uma escola para o lugar e sendo parcialmente atendida terminou construindo. Passou a liderar a comunidade e fundando uma pequena cooperativa. Rosário era uma cabocla metade cearense, metade preta, segundo ela.

A segunda narrativa é a de Josefina Saraiva, moradora dos arredores de Humaitá, no interior do Amazonas, mãe de cinco filhos, vivia ultrajada pelo marido que a insultava constantemente na frente de todos. Mas ela mesma pronunciava uma frase que ficou muito conhecida pelos antigos moradores “no dia que essa caboca véia resolver acabar contigo, não quero nem que o capiroto me ajude, dou conta de ti sozinha e ainda escrevo a história. Josefina sabia ler o mínimo. Os homens do entorno diziam: “como tu permite que essa mulher diga isso contigo? Não é homem, não? Eu dava uma pisa todo dia e cortava essa besteira de escrever”. O marido de Josefina começou a amofinar e depois de um tempo caiu no fundo de uma rede e morreu, provavelmente de cirrose, não houve diagnóstico. Ela ficou dona de toda área em que moravam e começou a estudar em um pequeno projeto que a ação social implantou para atender as crianças daquele lugar. Josefina era a única adulta estudando com as crianças. Josefina era cabocla índia, segundo ela.

A terceira narrativa trata não de uma mulher, mas de várias que moravam e, algumas trabalhavam, nas linhas da Gleba São Pedro do Vale do Jamari, distante 90 quilômetros de Porto Velho. Trato aqui de três mulheres que se conheciam, pois atuavam como professoras vinculadas à Secretaria Municipal de Educação de PVH-RO, de salas multisseriadas e embora não tivessem formação adequada, algumas tinham tão somente o Ensino Fundamental 1, foram convidadas para participar das atividades do projeto de leitura e escrita envidado pelo Instituto de Pré-História, Antropologia e Ecologia –

IPHAE, e coordenado por professoras do Departamento de Letras e os alunos da Prática de Ensino. Tratamos aqui de Wilma, Isabel e Zilma que construíram suas histórias em terras amazônicas. Ressalto aqui que na verdade são cinco mulheres se considerarmos que a narrativa três tem três mulheres em uma ação conjugada. Dessas três mulheres uma era parda, a outra preta e a terceira, embora de pele branca, tinha traços de gente preta.

2 Evidências de Opressão

Para falar de opressão, tão presente nas relações de gênero, é necessário ressaltar que os processos colonizatórios não aconteceram do mesmo modo no mundo, porém todas as mazelas, principalmente a violência e a opressão contra as mulheres, são características inerentes a todos eles. Dizemos isso em função de a primeira ação ser a interdição das mulheres ao saber, ou seja, o saber parece não habitar ou ser contra a essência do feminino. Desta forma, podemos observar a extrema importância de abriremos os sentidos e considerarmos a importância dos estudos sobre o feminismo decolonial para a descolonização de gênero na América Latina. Na esteira do pensamento da socióloga María Lugones (2014), descolonização é entender como a opressão de gênero é construída:

A colonialidade do gênero permite-me compreender a opressão como uma interação complexa de sistemas econômicos, racializantes e engendrados, na qual cada pessoa no encontro colonial pode ser vista como um ser vivo, histórico, plenamente caracterizado. Como tal, quero compreender aquele/a que resiste como oprimido/a pela construção colonizadora do lócus fraturado. Mas a colonialidade do gênero esconde aquele/a que resiste como um/uma nativo/a, plenamente informado/a, de comunidades que sofrem ataques cataclísmicos. Assim, a colonialidade do gênero é só um ingrediente ativo na história de quem resiste. Ao focar naquele/a que resiste situado/a na diferença colonial, minha intenção é revelar o que se torna eclipsado. (p. 941).

Entender as perspectivas da opressão e da descolonização de gênero é reconhecer que entre um processo e outro vai nascendo a consciência da resistência por meio do entendimento do sujeito que quer se reconhecer como pertencente a algum lugar ou formato social e como sujeito de direitos. A afirmação se dá em função das narrativas apresentarem mulheres que foram vítimas do patriarcalismo em situações diversas. Cresceram vigiadas e inferiorizadas pelo pai e pelos irmãos e quando casaram apenas mudaram de donos, pois os maridos tinham agora a prerrogativa de adestrar a seu modo

as suas mulheres. Todas tiveram filhos e os homens, seguindo o exemplo do pai, muitas vezes se posicionavam contra a própria mãe e as irmãs.

Como disseram todas elas, o grande problema foi não ter tido a oportunidade de frequentarem a escola, o que aprenderam, que foi por vezes assinar o nome, ler algumas frases e escrever raramente algumas palavras, foi às escondidas, como Josefina, nas casas das comadres, que também sabiam pouco.

A escassez de escolas nas cidades do norte nos idos de 80 era visível. Na zona rural existia, quando existia, uma quantidade ínfima de pequenas escolas com salas multisseriadas. Não havia professores destinados à zona rural com formação em magistério, muito menos com ensino superior.

A ausência do estado no processo educacional e o descaso com o direito das pessoas à educação, principalmente das crianças, as empurrava cada vez mais para uma vida condenada à ignorância. Para os adultos, a oferta era o Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBRAL, criado no governo militar de Costa e Silva e que não deu resultados. O Mobral existia na capital, não chegou ao interior no norte do país.

Foi nesse contexto que as mulheres referidas viveram, ou seja, sem nenhuma possibilidade de realizar o grande desejo que era aprender a ler e a escrever. No entanto, nunca se renderam e conseguiram de alguma forma aprender a escrever.

3 O Ponto de Virada

Quando visitei e conversei com todas elas, uma pergunta me ocorria: Por que era tão importante para essas mulheres aprender a ler e escrever e como conseguiram em situações tão adversas? A primeira atitude foi sair dos fundos da casa. Passaram, mesmo a contragosto dos maridos, a viver mais no público e exigiram ser chamadas pelo nome, porque antes era apenas “Ô muié”.

Uma delas disse que se matasse o marido ainda escreveria uma história, não matou, ele morreu de cirrose. Ela frequentou a escola primária e depois de alguns anos fez o ensino fundamental e escreveu alguns versos sobre o sofrimento dela com o marido, em tom jocoso. Josefina sempre dizia que escrever e ver o seu nome escrito era a coisa mais bonita que conhecia, portanto, usava essa escrita, como evidenciado na narrativa, como uma arma para quem ameaçasse demolir seu grande objetivo. A força do nome

escrito talvez seja comparável à explosão de felicidade e desejo que relata Clarice Lispector em *Felicidade Clandestina*, era como ler o livro *Reinações de Narizinho*, de Monteiro Lobato.

De alguma forma todas procuraram a leitura e a escrita como um direito à sobrevivência e à humanidade. Escrever era a única forma de registrar quem eram no mundo. Duas delas se tornaram líderes comunitárias e lutaram para a implantação da escola formal. As três do Vale do Jamari, que eram professoras leigas, com baixa escolarização, conseguiram vir estudar em Porto Velho. Duas fizeram pedagogia e a outra Letras. A presença de ONGs e outras instituições, mesmo parcimoniosamente, e mais tarde dos pequenos núcleos das Secretarias de Educação, foram contributivos para que ocorresse, mesmo que lentamente, algumas mudanças de pensamento em relação aos desamparados na educação.

O mais interessante de tudo que ouvi delas foi que sem saber ler e escrever elas não existiam, seriam apenas mulheres de quem ninguém se lembraria. Que tinham direito de ficarem registradas no mundo, mesmo que tivessem que escrever sua própria história.

Nesse contexto, as mulheres, podemos dizer, tiveram atitudes decoloniais, posto que conseguiram subverter, em parte, sua condição de oprimidas e inferiorizadas, ao tempo em que identificaram suas fortes relações com as comunidades, a natureza e as culturas amazônicas. Perguntadas se sonharam algum dia em sair dos lugares em que estavam, responderam que ali eram necessárias.

Fato é que mesmo para os homens a herança colonial herdada do colonizador significou um processo cruel e violento, mas sobre as mulheres recaiu um peso maior. A crítica e teórica da literatura indiana Gayatri Spivak, em sua obra *Pode o subalterno falar?* (2010), afirma:

No contexto do itinerário obliterado do sujeito subalterno, o caminho da diferença sexual é duplamente obliterado. A questão não é a da participação feminina na insurgência ou das regras básicas da divisão sexual do trabalho, pois, em ambos os casos, há “evidência”. É mais uma questão de que, apesar de ambos serem objetos da historiografia colonialista e sujeitos da insurgência, a construção ideológica de gênero mantém a dominação masculina. Se, no contexto da produção colonial, o sujeito subalterno não tem história e não pode falar, o sujeito subalterno feminino está ainda mais profundamente na obscuridade. (Spivak, 2010, p. 67).

A partir da posição da intelectual indiana Spivak ponderamos que isso ocorre porque, além das características negativas atreladas ao sujeito subalterno, a mulher foi

duplamente colonizada. A autora propõe em seu texto a conceituação de essencialismo estratégico que se configura em uma política para mobilizar grupos minoritários, ou étnicos, que se utilizando de uma mesma identidade e com objetivos comuns buscam uma forma de representação e lutam por direitos, ou seja, investem energia e tempo em atuações e aquisições para o que demanda sentido no projeto de vida de cada um, significa ter um objetivo essencial. Em relação às mulheres que tem suas histórias de vida aqui compartilhadas, o essencial, também, era lutar e fazer escolhas certas para abrir mão do que atrapalhasse a busca do objetivo essencial. Foram buscando, à medida que escreviam, a construção de uma nova identidade e não a fixidez das que lhes foram impostas, mulher igual a nada.

Assim, com a teoria de Spivak e com base nas perspectivas do feminismo decolonial, percebe-se que além de enfrentar a imposição cultural e a violência inerentes ao processo de colonização europeia, a mulher foi objeto da violência sexual e considerada inferior ao colonizado (homem) da região em que vivia. Maria Lugones aponta em seus escritos violências imputadas às mulheres:

A “missão civilizatória” colonial era a máscara eufemística do acesso brutal aos corpos das pessoas através de uma exploração inimaginável, violação sexual, controle da reprodução e terror sistemático (por exemplo, alimentando cachorros com pessoas vivas e fazendo algibeiras e chapéus das vaginas de mulheres indígenas brutalmente assassinadas). (Lugones, 2014, p. 939).

Desta feita, considerando o excerto e o contexto, percebemos que a autora denuncia a brutalidade da colonização sobre os corpos femininos: violação, controle, terror. A escrita, então, considerando as histórias narradas nesse texto, tornou-se cura, denúncia, um modo de recompor o corpo rasgado pela história.

Na mesma esteira de pensamento, Susana Funck, em *O que é uma mulher?* (2011), discute a noção de mulher compreendida no social evidenciando a questão da identidade. Interrogando o título do seu estudo, Funck (2011) afirma: “Muito provisoriamente, eu diria que uma mulher é um indivíduo cuja subjetivação ocorre dentro de normas e comportamentos socialmente definidos como femininos pelo contexto cultural em que se insere, seja aceitando-os ou rebelando-se contra eles.” (p. 67).

Os que estão ouvindo essa narrativa podem se perguntar, mas o que essas mulheres escreveram? Rosário fez questão de escrever a sua trajetória de vida, contando tudo que sofrera, em detalhes, e propôs as outras mulheres que fizessem isso de forma conjunta. Falou o quanto suportou de violência acalentando o sonho de escrever para poder

denunciar. Escrever seria a sua salvação, e foi. Fez um pequeno livreto artesanal que ostentava com orgulho. Dizia: só existo porque consegui escrever.

Josefina escrevia tudo que via e numa de suas quadrinhas dizia: “mulher que tem astúcia, não briga com o marido, bate-lhe na fuça, não para doer, mas para ele não esquecer e quando ele se for, não chore, vire flor”.

“Escorregar não é cair, é jeito que o corpo dá, mas a pessoa logo se levanta se o corpo não se quebrar, com sorte e com Deus Ribamar não se levantará”.

Escreveu também a sua trajetória e as histórias dos indígenas que viviam por ali e dos encantados das matas – seres que, como ela, resistiam ao apagamento.

Wilma, Isabel e Zilma se juntaram e escreveram uma carta para a Secretaria de Educação solicitando uma reunião para falarem do seu direito à formação. Escreveram muitas cartas depois para seus alunos e para os pais, falando do direito à educação que todos deveriam ter. As cartas eram seus recados para um mundo desatento com os direitos das mulheres e das crianças. Escrever, para elas, foi um modo de ser. Uma reexistência. Um modo de se ver, de se renomear e deixar herança.

Nos seus gestos, mesmo sem formulações teóricas, havia o pulso da resistência. A escrita foi caminho, foi ferramenta, foi grito. Nos textos dessas mulheres, não há só biografia. Há coragem. Há denúncia. Há amor próprio e respeito pelo coletivo.

A descolonização de gênero começa ali, onde a violência tentou silenciar, mas foi derrotada pela palavra. Elas sabiam, com instinto fino, que escrever é existir. Que viver é mais que respirar: é dizer ao mundo “eu fui, eu sou, eu quero ser”.

Quando os sujeitos, principalmente as mulheres, querem marcar por meio da escrita a sua presença no mundo, isso é representativo da busca pela identidade. Rebelar-se e se reconhecerem no mundo como sujeitos humanos, de ações e com poder de leitura e escrita, talvez seja o primeiro passo para construção da identidade.

Nos relatos feitos por essas mulheres notamos que as ações que as motivam, embora não deliberadamente pensadas por elas, indicam que o fio condutor por onde seguiam era o da resistência e, por conseguinte, o da descolonização de gênero. A ideia de resistência pode ser notada à medida que escrevem elencando situações que as constrangiam, ao mesmo tempo em que exigiam delas tomadas de decisões e de enfrentamentos das questões. Podemos observar que um dos recursos utilizados foi transcender a violência dizendo que resistir passa por escrever, pela afirmação do sujeito

enquanto alguém que escreve, que registra, que finalmente tem voz como Maria do Rosário.

A história relatada por Josefina apresenta uma linguagem com tons de humor, mas muito reveladora da dor que a consumia. Sua libertação foi a morte do marido que ela transformou em tom de liberdade quando diz [...] e quando ele se for, não chore, vire flor. Quanto à Wilma, Isabel e Zilma, embora sofressem com atitudes abusivas por parte dos maridos e do sistema de ensino que as empregava, tinham uma causa em que resistir significava lutar para além da garantia dos seus direitos, mas dos direitos da população em idade escolar que não era devidamente atendida naquela comunidade. Nesse caso, como nos outros, vida e resistência passam por escrever.

Considerações Finais

A Amazônia não é apenas um ponto remoto no mapa, nem tampouco uma vastidão verde a ser medida em quilômetros. É um universo cosmogônico, ventre e voz em que pulsam variadas narrativas e atores e onde se percebe saberes antigos, memórias e presenças ancestrais. É um espaço de atuação de povos que nela existiam e resistiam e daqueles que chegaram mais tarde e foram construindo, nesse bordado humano e vegetal, um território e uma história de reexistência e descolonização em que foram entrelaçados fios de luta, dor e esperança.

Entre esses fios, há um grupo que carregou – e ainda carrega – as dores mais profundas e os sonhos mais audaciosos: as mulheres. Pretas, indígenas, caboclas, nordestinas — e tantas outras que cedo se enraizaram nesse chão fértil e difícil. Foram muitas vezes silenciadas, apagadas dos registros, chamadas apenas de *muié*, sem o direito sequer ao nome próprio. Foram feridas pelo descaso de uma sociedade que deveria acolhê-las com igualdade, mas preferiu lançá-las às margens. E, ainda assim, essas mulheres floresceram.

Forjadas na luta cotidiana, elas encontraram no desejo de aprender a escrever um caminho para reverter séculos de silêncio. A escrita não foi apenas instrumento, foi libertação. Assinar o próprio nome era declarar-se viva, inteira, humana. Escrever era mais do que alinhar letras — era dar forma a si mesmas, registrar memórias, exigir direitos, gritar necessidades e construir identidades. Saber escrever, como disseram nos

nossos encontros, era poder contar suas histórias, contar as histórias do coletivo em que viviam, inspirar crianças, jovens e adultos a escreverem a própria história.

Entretanto, a história não parou. Como os rios que nunca cessam seu curso, essas mulheres também seguiram em frente e começaram a olhar para outros lugares. Romperam antigas amarras há tempos imputadas, encararam o mundo com olhos novos e começaram a sonhar com outras possibilidades. Talvez ouvissem, em suas veias, os cantos ancestrais de libertação – os mesmos que movem os pássaros nas revoadas e agitam as águas em noites de lua cheia. Cantos que falavam de mudança, de justiça, de vida plena.

O desejo de mudar de situação, por elas e pelos demais, e em busca dos direitos, que todo humano deveria usufruir, é que empreenderam uma luta pelo direito à escola. Elas não buscaram uma escola de concreto. Buscaram o direito de aprender, de serem ouvidas na fala e respeitadas na escrita. Aprender a escrever foi, para elas, um ato radical de afirmação. Um gesto político. Um passo imenso em direção a uma sociedade que ainda está por vir — uma sociedade que trate com dignidade aquelas que há séculos são esquecidas nas margens da história.

Na história da conquista da América e da colonização da Amazônia pelos europeus, fala-se muito dos atos brutais e atrozes sobre os povos originários, tantos horrores foram contados — mas as dores e a resistência das mulheres, quase nunca. Permaneceram invisíveis, como se sua existência fosse mero detalhe. E então nos perguntamos: seremos sempre nós, mulheres, a escrevermos sozinhas as nossas histórias? O processo decolonial na América Latina pode nos colocar em um novo lugar na história da América amazônica? O projeto de uma América Latina decolonial será capaz de nos colocar, enfim, no centro de nossas próprias narrativas? Sim, agora sabemos, com convicção a partir das nossas lutas, que há um direito irrevogável: nunca mais falarão de nós, sem nós.

As mulheres sem escrita foram subalternizadas duplamente — pela opressão do patriarcado e pela mudez forçada. Mas ao empunharem a palavra, ao tecerem suas frases com coragem e verdade, rompem esse fardo colonial. E se mostram com graça, força e lucidez. Encontram sentidos, revelam potências, dizem ao mundo que o verbo é escrever e o sentido é existir.

REFERÊNCIAS

ADICHIE, C. N. **O Perigo de uma história única**. Trad. Júlia Romeu. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

BRANCO, Lúcia Castelo; BRANDÃO, Ruth Silviano. **A mulher escrita**. Rio de Janeiro: Casa editorial: LTC – Livros Técnicos e Científicos, 1989.

FUNCK, Susana Bornéo. O que é mulher? *Palavra e poder*: representações na literatura de autoria feminina. **Revista Cerrados**. Distrito Federal, n. 31, p. 64-74, 2011. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/cerrados/article/view/26036>. Acesso em: 01 de nov. de 2024.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Estudos Feministas**. Florianópolis. ed. 22, n. 3, p. 935-952, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/36755>. Acesso em: 01 de nov. de 2024.

PERROT, Michelle. **Minha História das Mulheres**. São Paulo: Contexto, 2017.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

SOUZA, Marcio. **História da Amazônia**: do período pré-colombiano aos desafios do século XXI. São Paulo: Record, 2019.